

Do análogo à Inteligência Artificial: fases históricas da comunicação decolonial no Brasil (1980–2024)¹

Marco Aurelio Reis²

Elias Arruda³

Universidade Federal de Juiz de Fora / Secretaria Estadual de Educação MG

Universidade Federal de Juiz de Fora (Doutorando)

Resumo

Este artigo traça um panorama histórico das mídias decoloniais no Brasil, desde as mais recentes raízes analógicas, partir dos anos 1980, até as inovações digitais emergentes do século XXI. Com base na metodologia de estudo de caso (Yin, 2001), mapeou-se experiências emblemáticas de resistência comunicacional desenvolvidas por grupos negros, indígenas, quilombolas e periféricos, que desafiaram a concentração midiática e a exclusão tecnológica. Por meio da análise de iniciativas como a Rádio Favela, o Indymedia Brasil, a Rádio Yandê e a plataforma AfroFlix, evidencia-se uma trajetória marcada pela apropriação crítica de tecnologias, construção de infraestruturas autônomas e busca por soberania narrativa.

Palavras-chave

Folkcomunicação, decolonialidade, mídia digital, estudo de caso

A história da comunicação em território brasileiro é também uma história da exclusão. Desde o período colonial, a concentração de poder midiático nas mãos de poucos grupos sociais, ligados ao poder (Ramonet et al, 2013) político e/ou empresarial silenciou vozes periféricas, negras e indígenas. No entanto, entre as décadas de 1980⁴ e 2020, emergiu um contramovimento: iniciativas de mídia decolonial que desafiaram não apenas o conteúdo hegemônico, mas também suas estruturas de produção e distribuição.

¹ Trabalho apresentado no GP Folkcomunicação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e doutor em Teoria Literária, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora e docente efetivo da Secretaria de Educação de Minas Gerais, é líder do grupo de Pesquisa Narrativas Midiáticas e Dialogias Cnpq/UFJF. E-mail: marco.reis@ufjf.br.

³ Jornalista e doutorando em comunicação da UFJF, integrante do grupo de pesquisas narrativas midiáticas e dialogias. Bolsista Cnpq/UFJF. E-mail: elias.arruda@ufjf.br.

⁴ A década de 1980 foi escolhida por estar mais próxima da popularização da web e por marcar o início da abertura de brechas para a ação popular, impulsionada pela derrocada da ditadura civil-militar. Após 21 anos de um regime autoritário que tentou silenciar, por meio da censura e da repressão, as mobilizações sociais de empoderamento das populações negras, indígenas e periféricas, esse período representou um momento de inflexão política e social no país.

Este artigo mapeia essa trajetória, mostrando como tecnologias digitais — do rádio pirata à inteligência artificial — foram ocupadas e apropriadas para construir narrativas autônomas decoloniais. Parte-se das experiências analógicas mais recentes e consistentes da década de 1980, passa-se pela web interativa alternativa dos anos 2000 e chega-se às respostas contemporâneas ao domínio das grandes empresas de tecnologia, conhecidas pela locução em inglês *big techs*. Para isso, adota-se a metodologia de estudo de caso (Yin, 2001), privilegiando experiências exemplares como Rádio Favela Online, Indymedia Brasil, Rádio Yandê e AfroFlix.

A abordagem decolonial desse segmentos da mídia vai além do conteúdo e questiona as infraestruturas técnicas, linguísticas e algorítmicas que sustentam a comunicação digital, denunciando a centralização tecnológica nas *big techs* e o colonialismo linguístico imposto pelo domínio do inglês e pela exclusão de línguas originárias e saberes periféricos. Autores como Mignolo (2000) mostram como a colonialidade do saber e do ser se perpetua por meio da vigilância, da inteligência artificial e da arquitetura algorítmica, dificultando e até mesmo invisibilizando produções de coletivos negros, indígenas e periféricos.

No Brasil, apesar da tradição de comunicação popular, as mídias decoloniais enfrentaram e ainda enfrentam novos desafios no ambiente digital, marcado pela lógica do lucro e da exclusão. Iniciativas como a Indymedia Brasil propõem alternativas técnicas e epistemológicas, ressignificando a resistência comunicacional ao longo de cinco fases históricas, desde o analógico até as atuais propostas de IA indígena e redes federadas. Nesse contexto, repensar as arquiteturas da informação torna-se essencial para uma comunicação verdadeiramente democrática e plural.

Para além da comunicação: existir e persistir na mídia

Tal esforço das mídias decoloniais brasileiras fundamenta-se em uma leitura crítica das formas pelas quais sujeitos historicamente subalternizados — negros, indígenas, quilombolas e moradores de periferias urbanas — têm reconfigurado os modos de ser, saber e agir na esfera midiática. A ontologia, como campo filosófico que trata do ser e da existência, é central para compreender o caráter radical das mídias decoloniais. Para autores como o intelectual camaronês Achille Mbembe (2017), a colonialidade se exerce através do apagamento ontológico: negar a existência plena dos

corpos racializados, subalternos, considerados "não-seres" desde a formação do paradigma colonial. As mídias decoloniais brasileiras, ao darem visibilidade a narrativas de favelas, aldeias e quilombos, resistem a esse silenciamento e apagamento.

Exemplos como a Rádio Yandê (2006), que transmite em 190 línguas indígenas diferentes, ou o Afloflix (2018), plataforma audiovisual com conteúdos audiovisuais com participação de gente negra, seja no trabalho técnico ou artístico: são afirmações existenciais de coletividades historicamente excluídas do "direito de aparecer" (Butler, 2015). A ontologia decolonial, nesse contexto, opera pela visibilização de outras formas de vida e pela recusa em aceitar o silenciamento e o apagamento como norma.

As mídias decoloniais também desafiam os "*regimes de verdade*" (Foucault, 2014) estabelecidos. Segundo Walter Mignolo (2003), o pensamento decolonial questiona a colonialidade do saber — isto é, a imposição de uma racionalidade eurocentrada e estadunidensecentrada como única forma válida de conhecimento. No campo da mídia, isso se traduz na crítica à hegemonia de narrativas jornalísticas que invisibilizam ou distorcem as vozes populares.

Coletivos como o Indymedia Brasil (Centro de Mídia Independente), ao adotarem práticas como publicação aberta e moderação horizontal, reconfiguram o que se entende por jornalismo cidadão e desafiam a lógica profissionalizante do jornalismo tradicional. Em vez de objetividade, propõem implicação política; em lugar da imparcialidade, compromisso com os territórios. Essa epistemologia do sul (Santos, 2010) insurgente indica saberes produzidos a partir de experiências sociais alternativas.

A ação política das mídias decoloniais vai além da resistência simbólica. Envolve uma disputa concreta por infraestrutura, regulamentação e autonomia. Desde a década de 1980, com as rádios livres como a Rádio Favela (BH) e Mega FM (Juiz de Fora), até os projetos contemporâneos como o Coolab (2020), que constrói redes comunitárias em favelas e quilombos, nota-se um esforço contínuo de ruptura com a dependência das infraestruturas corporativas e estatais.

Essa ação política se intensifica no contexto da plataformação (Van Dijck et al, 2018), em que os algoritmos das Big Techs moldam a visibilidade e a circulação da informação. Nesse cenário, as mídias decoloniais não apenas criticam o colonialismo algorítmico (Couldry e Mejias, 2019), mas também constroem alternativas, como os servidores autônomos de comunidades indígenas ou o uso estratégico do Fediverso.

A seguir, propõe-se uma leitura diacrônica das principais fases da mídia decolonial no Brasil, no período compreendido entre 1980 e 2024. A divisão adotada, fundamentada na metodologia de estudo de caso (YIN, 2001), possibilitou examinar como as três dimensões — ontológica, epistemológica e política — se concretizam em diferentes momentos históricos, em diálogo com transformações tecnológicas, políticas públicas e dinâmicas sociais. Cada fase foi delineada a partir da análise de casos significativos, os quais revelam a constituição da mídia decolonial brasileira como campo de disputa, resistência e invenção.

A perspectiva adotada é de caráter sistêmico e toma como referência o percurso do webjornalismo, especialmente as funções e competências do webjornalista, configuradas e reconfiguradas ao longo de três décadas (REIS; LEMOS, 2024). Essa aproximação, operando como um “radar” analítico, permite reconhecer as inflexões históricas que marcam o processo de decolonialidade digital.

De modo complementar, a análise evidenciou ainda a existência de uma fase preliminar — aqui denominada “fase 00” — correspondente à transição de práticas decoloniais em meios analógicos para os ambientes digitais. Essa etapa, anterior à popularização da web, mostrou-se crucial para compreender os mecanismos iniciais de organização e resistência que posteriormente se consolidariam em plataformas digitais.

A trajetória das mídias digitais decoloniais no Brasil

A partir desse olhar, foi possível perceber que a história das mídias decoloniais no Brasil não se resume a uma cronologia de tecnologias, mas se inscreve como um percurso de insurgência comunicacional que atravessa rádios livres, plataformas digitais, coletivos autônomos e redes comunitárias. Desde os anos 1980 até os dias atuais, esse trajeto revela um movimento contínuo de reinvenção diante da hegemonia midiática e da dependência tecnológica, marcado por uma lógica de resistência e pela busca por soberania comunicacional.

A decolonialidade comunicacional brasileira tem raízes analógicas. Durante a transição da ditadura civil-militar, experiências como a [Rádio Favela](#), fundada em 1981, em com sede na comunidade Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, ocuparam o espectro do rádio de forma pirata, como forma de insurgência frente ao monopólio estatal da comunicação. Dirigida à comunidade negra e periférica, a rádio operava como

voz dissonante em um país onde as concessões públicas eram (e ainda são) profundamente elitizadas e partidarizadas.

Outros exemplos significativos incluem a [TV Maxambomba](#), projeto audiovisual de Nova Iguaçu (RJ) que veiculava vídeos comunitários nos anos 1980 e 1990. Apesar das limitações técnicas e perseguições, essas iniciativas fundaram um DNA de comunicação insurgente, comprometido com os territórios e saberes populares.

Com a chegada da internet ao Brasil em meados da década de 1990, coletivos passaram a experimentar o ciberespaço como novo território de resistência. A Rádio Favela foi uma das primeiras a migrar para o ambiente online, em 1996, ultrapassando barreiras geográficas e de transmissão.

O grande marco dessa era foi, no entanto, o surgimento do [Indymedia Brasil](#), em 2001, vinculado à rede global de mídia tática. Inserido no contexto do movimento altermundialista — que ganhava força com os protestos contra a OMC em Seattle (1999) —, o Indymedia rompeu com o modelo tradicional de jornalismo, apostando em publicação aberta, moderação coletiva e infraestrutura distribuída, práticas que anteciparam debates contemporâneos sobre descentralização digital.

Também se destacam nesse período a [Metareciclagem](#), dedicada à autonomia tecnológica via reaproveitamento de hardware, e os Pontos de Cultura, política do Ministério da Cultura voltada ao financiamento de mídias digitais periféricas e indígenas. Muitos desses arquivos ainda podem ser explorados no [Wayback Machine](#).

Com a consolidação das redes sociais, novos dilemas surgiram. Plataformas como Orkut (2004-2014), Facebook (2004) e YouTube (2005) passaram a intermediar grande parte da comunicação de movimentos sociais (Peruzzo, 2005), o que trouxe maior alcance, porém menos autonomia. A resposta foi estratégica e criativa.

Em 2006, surgiu a [Rádio Yandê](#), primeira web rádio indígena do Brasil, com programação em línguas nativas. Coletivos como a [Mídia Ninja](#), por sua vez, reinventaram o jornalismo de trincheira ao utilizar celulares e redes sociais para cobrir ao vivo os protestos de junho de 2013.

Na infraestrutura, a [Rede Mocambos](#) usou a comunicação em malha redes mesh para conectar quilombos e incentivar a produção de conteúdo local. O portal [BaixaCultura](#) seguiu denunciando o colonialismo digital nas políticas de propriedade intelectual. Já com o domínio das big techs e o avanço da vigilância algorítmica, a

reação decolonial passou a incorporar respostas mais sofisticadas. Projetos como o [AfroFlix](#), lançada em 2016, criaram espaços próprios para difusão de conteúdos produzidos por pessoas negras, alcançando um acervo de mais de 500 filmes. Em 2020, [Filmoteca Indígena](#) surgiu como plataforma de vídeos indígena com servidores autônomos e linguagem visual própria. O projeto [Coolab](#) passou a fomentar redes comunitárias de internet em territórios periféricos e indígenas, operando sob a lógica da soberania tecnológica.

Com a criação do [Núcleo de Mídia Indígena](#) em 2022, mais de 30 coletivos passaram a produzir vídeos em 4K, podcasts e documentários. Ferramentas como o [Wayback Machine](#) seguem sendo fundamentais para o resgate e a preservação dessas memórias digitais (midiaindependente/indígena).

A partir de 2024, desponta um novo ciclo, pautado pela construção de futuros digitais enraizados em epistemologias contra-hegemônicas. Iniciativas emergentes incluem: inteligência artificial decolonial (com modelos de linguagem treinados em guarani, tupi e crioulo haitiano, redes federadas e firewalls comunitários, criados por coletivos indígenas, visando proteger a soberania digital e espiritual das aldeias). Esses projetos compartilham uma lógica radical: não basta transformar a interface — é preciso reconstruir a infraestrutura digital a partir de saberes e cosmologias do Sul global. Assim, configuram-se as fases, resumidas na tabela a seguir.

TABELA 1
Fases das mídias decoloniais no Brasil (1980–2024+)

Fase	Período	Contexto Histórico	Iniciativas-chave	Características Principais
Fase 00 – Raízes Analógicas	1980–1994	Pós-ditadura; redemocratização; ocupação do rádio	Rádio Favela (BH), TV Maxambomba (RJ)	Comunicação pirata e comunitária; estética popular; denúncia da elitização das concessões

Fase 1 – Primeira Era Digital	1995–2005	Chegada da internet; web 1.0; ciberativismo	Rádio Favela online, Indymedia Brasil, Metareciclagem, Pontos de Cultura	Publicação aberta; infraestrutura distribuída; apropriação tática da rede; autonomia tecnológica
Fase 2 – Plataformiza ção Criativa	2006–2015	Expansão das redes sociais; smartphone; Junho de 2013	Rádio Yandê, Mídia Ninja, Rede Mocambos, BaixaCultura	Jornalismo insurgente; redes mesh; crítica à propriedade intelectual; linguagem indígena
Fase 3 – Contra-ataqu e às Big Techs	2016–2023	Vigilância algorítmica; plataformas dominantes	AfroFlix, Coolab, Núcleo de Mídia Indígena	Plataformas autogeridas; soberania tecnológica; produção audiovisual em 4K; memória digital
Fase 4 – Futuros Decoloniais	2024+	Inteligência Artificial; redes federadas; epistemologias insurgentes	IA decolonial (em guarani, tupi e crioulo), survivalbrasil.	Computação indígena; cosmotécnicas do Sul global; redes descentralizadas; tecnoxamanismo

A evolução das mídias decoloniais no Brasil, conforme resumida na tabela acima, revela não apenas uma adaptação às transformações tecnológicas, mas também uma reinvenção constante das estratégias de resistência e soberania informacional. Desde os meios analógicos — como a Rádio Favela e a TV Maxambomba — até as redes digitais federadas contemporâneas, cada fase representa um embate entre a lógica concentradora do capital informacional e as práticas insurgentes forjadas nas margens.

O fio condutor é a tentativa de romper com a colonialidade das tecnologias da comunicação, fundando linguagens, territorialidades e modos de narrar próprios.

A consolidação desse percurso demonstra que as mídias decoloniais brasileiras não operam apenas como instrumentos de denúncia, mas como formas de existência comunicacional autônoma. A ocupação pirata do espectro radiofônico nos anos 1980 evoluiu para a criação de plataformas digitais autogeridas, linguagens plurilíngues, protocolos próprios e até mesmo o uso de inteligência artificial decolonial. Essa trajetória é marcada pela articulação entre ancestralidade e inovação, memória e futurologia, resistência e criação, constituindo um verdadeiro ecossistema tecnopolítico contra-hegemônico.

Considerações finais

A história das mídias decoloniais no Brasil não pode ser compreendida apenas como um conjunto de eventos comunicacionais alternativos, mas como uma contra-história da própria comunicação no país. O que as experiências reunidas ao longo das últimas quatro décadas revelam é uma disputa intensa, contínua e muitas vezes invisibilizada por autonomia informacional, pluralidade de vozes e reconfiguração dos modos de produção de sentido. Essa disputa não é somente contra o monopólio da fala pública exercido pelos grandes conglomerados de mídia, mas também contra a lógica colonial que estrutura a circulação de saberes, dados e narrativas.

A insurgência midiática brasileira começa nas bordas do rádio e da imagem, com iniciativas como a Rádio Favela, Rádio Mega FM e a TV Maxambomba. Ainda que essas experiências tenham operado com poucos recursos, construíram redes de informação e participação cultural que desafiaram o controle estatal e romperam com os padrões comunicacionais elitizados da época. Elas criaram os alicerces para o que, décadas depois, se tornaria um conjunto complexo de iniciativas decoloniais digitais, com alta capacidade técnica, articulação comunitária e engajamento político.

Com a internet, essa insurgência encontrou novos terrenos. Ações como Indymedia Brasil inauguraram a apropriação crítica da web por parte de coletivos engajados, abrindo espaço para práticas de descentralização, reaproveitamento tecnológico e moderação colaborativa. Essas intervenções não apenas anteciparam discussões que hoje ocupam o debate público (como a soberania digital ou a

desinformação algorítmica), mas também fundaram infraestruturas simbólicas e materiais próprias, mesmo em meio à precariedade.

A entrada na era das redes sociais trouxe um paradoxo: maior visibilidade, porém menor controle. O Facebook, o YouTube e outras plataformas se tornaram espaços-chave para a difusão de pautas progressistas e periféricas, mas também reforçaram formas sutis de controle e dependência técnica. Frente a isso, a reação foi marcada por criatividade e engenharia social. A Rádio Yandê, por exemplo, não apenas criou uma rádio online indígena, mas construiu uma *rede epistemológica* de línguas nativas e cosmologias ancestrais. A Mídia Ninja utilizou smartphones como trincheiras digitais e ocupou as brechas algorítmicas para narrar a realidade dos protestos, reconfigurando o campo do jornalismo.

Mais recentemente, observamos o fortalecimento de um campo comunicacional autônomo baseado na criação de plataformas próprias e estratégias de proteção informacional. Projetos como AfroFlix demonstram que não se trata apenas de disputar o conteúdo, mas o próprio meio. A arquitetura técnica passa a ser concebida como campo de batalha: controlar o servidor, a hospedagem, o algoritmo e a estética torna-se fundamental. O surgimento do Coolab e do Núcleo de Mídia Indígena mostra que as comunidades não apenas utilizam ferramentas — elas constroem suas próprias ferramentas, suas próprias memórias, seus próprios futuros.

É nesse cenário que emergem os chamados futuros decoloniais. Longe de serem apenas projeções utópicas, essas iniciativas se concretizam em práticas como a criação de redes federadas, firewalls protetivos em aldeias Yanomami e modelos de IA treinados com dados e línguas contra-hegemônicas. Aqui, a disputa comunicacional atinge uma nova camada: a do código, da linguagem computacional e da cosmologia digital. Trata-se de reprogramar o mundo digital a partir de valores não coloniais — de solidariedade, circularidade, ancestralidade e interdependência.

Portanto, a trajetória das mídias decoloniais no Brasil aponta para um processo de longo prazo, que articula crítica social, inovação tecnológica e práticas pedagógicas contra-hegemônicas. Essas mídias não estão apenas nas margens: elas estão reconfigurando o centro da comunicação contemporânea, denunciando seus vícios e criando alternativas concretas. O desafio agora é garantir a perenidade dessas práticas

frente à captura constante dos sistemas hegemônicos e fomentar políticas públicas e ecossistemas sustentáveis que permitam sua ampliação.

Mais do que resistência, as mídias decoloniais brasileiras nos convidam a imaginar e construir outros mundos possíveis. Mundos onde a comunicação não seja mercadoria, mas um direito comum, um bem coletivo e uma ferramenta de liberdade.

Referências Bibliográficas

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. **The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

MIGNOLO, Walter. **Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências**. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005.

RAMONET, Ignacio; MORAES, Dênis de; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da comunicação**. Organização de Dênis de Moraes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

REIS, Marco Aurelio; LEMOS, Lucas. **Funções e Competências do Web Jornalista: Configurações e reconfigurações em três décadas**. Revista Brasileira de Estudos da Mídia, [S. l.], v. 2, n. 1, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, e MENEZES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society: public values in a connective world**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.